



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº 1.000, DE 2011.
(Do Sr. Mendonça Filho)

Solicita a realização de audiência pública na **Comissão de Fiscalização e Controle**, a fim de discutirem-se denúncias de supostos atos de corrupção praticados por servidores do Ministério do Turismo, sendo **convidada** a **Exma. Sra. Marta Suplicy, Senadora da República e ex-Ministra do Turismo**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e nos arts. 24, III e VII, art. 32, XI, do Regimento Interno, sejam **convidados** a **Sra. Marta Suplicy**, para prestar esclarecimento a respeito das denúncias de supostos atos de corrupção praticados por servidores do Ministério do Turismo.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 09 de agosto de 2011, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Voucher” em que foram emitidos 19 mandados de prisão preventiva e outros 19 de prisão temporária.

O escopo maior da investigação é apurar possíveis irregularidades de convênios entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi).

A fraude era composta do seguinte modo, segundo nos relata o jornal Correio Braziliense do dia 10 de agosto de 2011:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

A investigação da PF começou em abril, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) entregou o relatório de uma auditoria em torno do convênio firmado entre o Ministério do Turismo e o Ibrasi, com sede em São Paulo. No documento, estava a comprovação das fraudes na execução de um convênio (nº 718.467/2009) destinado ao treinamento de 1,9 mil pessoas em atividades de turismo no Amapá. Os cursos deveriam ser realizados a distância e com ações presenciais.

O registro das ordens bancárias mostra que o ministério repassava o dinheiro para a conta do Ibrasi, que subcontratava empresas ligadas ao esquema. Já foram identificados empresários no DF, em São Paulo e também no Amapá envolvidos nas fraudes. Para conseguir a aprovação das contas no ministério, a ONG apresentava relatórios das atividades, fotos da entrega de certificados de qualificação e cópia das apostilas que seriam usadas nos cursos.

O Ibrasi firmou três convênios com o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 15,9 milhões - desse total, já foram liberados R\$ 13,97 milhões. A parceria para capacitação profissional para turismo, alvo da operação da Polícia Federal, tem o valor de R\$ 4,4 milhões e foi assinada pelo petista Mário Moysés, quando era secretário executivo da pasta.

As investigações indicam que o desvio de dinheiro começou quando o Ministério era comandado por Luiz Barreto (PT) - ex-secretário executivo de Marta Suplicy na época em que ela dirigiu a pasta.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) saiu em defesa de Mário Moysés, preso na operação de ontem da Polícia Federal. Ele foi chefe de gabinete do Ministério do Turismo quando Marta era titular da pasta, entre 2007 e 2008. "É um absurdo. O Mário Moysés é uma pessoa corretíssima, não estão entendendo nada", disse.

Presente esse contexto vê-se que a oitiva da Exma. Sra. Senadora é de suma importância e se mostra absolutamente imprescindível para que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Congresso Nacional continue exercendo a sua típica função de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2011.

DEPUTADO MENDONÇA FILHO
DEM/PE